



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Proposição de Lei 72/2025

Autoriza o Poder executivo a instituir o Conselho Municipal da Liberdade Religiosa – COMLIBRE no âmbito do Município de Bom Despacho, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado ao Poder Executivo instituir, no âmbito do Município de Bom Despacho, o Conselho Municipal da Liberdade Religiosa – COMLIBRE, órgão colegiado, permanente, de caráter consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º. São objetivos do COMLIBRE:

I – promover o respeito à liberdade de crença, de consciência e à diversidade religiosa no Município;

II – colaborar na elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas que assegurem a livre manifestação religiosa e coíbam práticas discriminatórias ou de intolerância;

III – fomentar ações de educação em direitos humanos, com foco no respeito à liberdade religiosa, à diversidade de crenças e convicções e à laicidade do Município;

IV – articular a atuação do Poder Público com instituições religiosas, filosóficas, culturais e movimentos sociais, para a promoção da liberdade religiosa e o combate à intolerância religiosa;

V – atuar como um ponto de apoio para construir o entendimento e a paz em casos de conflito sobre liberdade religiosa, colaborando com as instâncias formais de resolução;

VI – sugerir medidas administrativas e legislativas que assegurem e ampliem os direitos à liberdade de consciência, de crença e de culto;

VII – estimular o diálogo inter-religioso e intercultural como forma de promover a convivência pacífica e o respeito mútuo.

Art. 3º Compete ao COMLIBRE:

I – propor diretrizes para as políticas públicas municipais sobre liberdade religiosa e enfrentamento à intolerância religiosa;

II – opinar, por iniciativa própria ou quando consultado, sobre projetos de lei ou ações governamentais que afetem direitos relativos à liberdade religiosa e à laicidade do Município;

III – fiscalizar e acompanhar a implementação das políticas públicas relativas à sua área de



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



atuação, sugerindo as adequações necessárias;

IV – receber, analisar e encaminhar denúncias de violações à liberdade religiosa aos órgãos competentes, acompanhando as providências adotadas;

V – promover campanhas educativas e ações de conscientização sobre o respeito à diversidade religiosa, de crença e consciência;

VI – articular-se com conselhos, órgãos e entidades, públicos ou privados, em âmbito municipal, estadual e federal, que atuem na promoção e defesa dos direitos humanos e da liberdade religiosa;

VII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização e funcionamento;

VIII – convocar, anualmente, a Conferência Municipal de Liberdade Religiosa;

Art. 4º O COMLIBRE será composto de forma paritária por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – 5 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, sendo um de cada um dos seguintes órgãos ou entidades:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- e) 1 (um) representante das forças de Segurança Pública,

II – 5 (cinco) representantes da sociedade civil, com atuação comprovada no Município, de organizações religiosas legalmente constituídas, assegurando, sempre que possível, a representação de diferentes tradições e segmentos religiosos presentes no Município ou de entidades e movimentos sociais que atuem na promoção da liberdade religiosa, no combate à intolerância religiosa ou dos direitos humanos;

§1º Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§3º Os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão escolhidos mediante processo público e transparente, convocado por edital específico, regulamentado por decreto do Executivo Municipal, garantindo ampla divulgação e participação.

§4º Cada membro titular terá um suplente, oriundo da mesma categoria de representação, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§5º A função de membro do COMLIBRE é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Art. 5º A presidência e a vice-presidência do COMLIBRE serão escolhidas por eleição entre seus membros, com mandato de 1 (um) ano, vedada a recondução imediata para o mesmo cargo.

Parágrafo único: O Regimento Interno disporá sobre as atribuições do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário Executivo, se houver, bem como sobre o processo de eleição.

Art. 6º O COMLIBRE reunir-se-á ordinariamente conforme periodicidade estabelecida em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou por requerimento da maioria simples de seus membros.

Parágrafo único: As deliberações do COMLIBRE serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, respeitado o quórum mínimo de instalação definido no Regimento Interno.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Cultura proverá o suporte técnico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do COMLIBRE.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua efetiva implementação, incluindo a instalação e o apoio ao funcionamento do COMLIBRE.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se disposições contrárias

Bom Despacho, 13 de outubro de 2025.

Vereador Maique
Presidente da Câmara Municipal

Vereador Rodrigo Chapola
Vice-presidente da Câmara Municipal

Vereador Eltinho
1º Secretário da Câmara Municipal

Vereador João Eduardo
2º Secretário da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



CERTIDÃO

Certifico que consta da Ata da 30ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Bom Despacho, realizada em 13/10/2025, que foi colocado em pauta para discussão e votação o **Projeto de lei 72/2025** de autoria do vereador Igor Soares que “Institui o Conselho Municipal da Liberdade Religiosa – COMLIBRE no âmbito do Município de Bom Despacho, e dá outras providências”, sendo este aprovado por unanimidade com emendas (1ª votação em 06/09/2025). Certifico por fim, que estavam presentes a totalidade dos vereadores e não tendo votado apenas o Vereador Maique (Presidente) em atendimento ao disposto no artigo 48 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho.

Bom Despacho, 14 de outubro de 2025.


Marinely Martinez de Andrade